

**O BANCO COMUNITÁRIO COMO PLATAFORMA DE
DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO LOCAL – O CASO
DO BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO**

*COMMUNITY BANK AS A LOCAL SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT
PLATAFORM - THE JARDIM BOTÂNICO COMMUNITY BANK CASE*

Jaciara Gomes RAPOSO
Maurício Sardá de FARIA
Almir Cléydison Joaquim da SILVA
Beatriz Batinga e SILVA
Ana Flávia de LIMA

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

jaciaraaraposo@gmail.com, mausarda@gmail.com, almirjoaquim@gmail.com,
beatrizbatinga22@gmail.com, anaflavia_limapb@hotmail.com

RESUMO

O conceito de desenvolvimento esteve sempre relacionado ao de crescimento econômico, vinculado à idéia de progresso. De forma geral, as políticas de desenvolvimento assumiram caráter exógeno, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento regional e local. Nesses casos, são geralmente desconsideradas tanto demandas específicas quanto organizações e demais formas associativas existentes nos territórios o que acabam gerando novas formas de desigualdade. A incorporação do conceito de sustentabilidade ao tema do desenvolvimento coloca-nos diante as dimensões social, humana, territorial e ambiental, onde as pessoas são tanto meio como fim do desenvolvimento. Neste trabalho abordaremos o conceito de desenvolvimento territorial a partir da estratégia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), expressão do campo da economia solidária e prática organizativa comunitária de apoio mútuo e estímulo ao desenvolvimento local. O estudo se volta à experiência da comunidade São Rafael em João Pessoa/PB com o Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB) e utilização da moeda social Orquídea, analisando como se dá a construção do desenvolvimento a partir das ações e instrumentos do BCD em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, gerando novas interações socioeconômicas e a construção de uma nova realidade. Trata-se de um estudo realizado concomitantemente ao processo de implantação da experiência em foco, e visa contribuir para a compreensão dos bancos comunitários no país.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Finanças Solidárias. Banco Comunitário de Desenvolvimento. Desenvolvimento territorial sustentável.

ABSTRACT

The concept of development has always been related to economic growth, attached with the idea of progress. Generally, the politics of development assumed a exogenous nature, especially those directed to regional and local development. In these cases, organizations and other associative forms existing in the territories are both disregarded which ends up generating new forms of inequality. The incorporation of the concept of sustainability to the with the issue of development places us before the social, human, territorial and enviromental dimensions. This project will discuss the concept of territorial development from the strategy of Banco Comunitário de Desenvolvimento

(BCD), field expression of the solidary economy and comunitary organizational practice of mutual support and incentive to local development. The study is directed to the experiences of the community São Rafael in João Pessoa/PB with the Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB) and use of the social coin Orquídea, analysing the build of the development from the actions and instruments of BDC in impoverished communities through the local economy, generating new socioeconomic interactions and the construction of a new reality. This is a study conducted concurrently with the implementation process of the experience at hand, aiming to contribute to the understanding of community banks in the country.

Keywords: Solidary Economy. Solidary Finance. Community Bank of Development. Sustainable territorial development.

INTRODUÇÃO

A proximidade dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico tem resultado historicamente em trajetórias de certa forma homogêneas para o desenvolvimento dos países, sempre ligadas à forma de utilização dos recursos e modernização dos meios de produção. Industrialização, urbanização, formação de um mercado de massa, consumo de massa, concentração e territorialização do capital e da força do trabalho marcam as sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento nos últimos dois séculos.

O impacto modernizador gerado por este modelo se mostra seletivo, pois o processo de industrialização se efetiva de forma desigual, gerando diferenças e desequilíbrios tanto globais quanto regionais. Estas desigualdades são tratadas por Furtado (2009) como algo inerente ao processo de crescimento: “O desenvolvimento no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração”. (p.30).

As desigualdades regionais acontecem em função de questões estruturais históricas, e são enfrentadas com políticas de desenvolvimento exógeno, onde a preocupação do Estado sempre foi apoiar e desenvolver a infraestrutura necessária para o aumento da capacidade produtiva e geração de crescimento econômico do país.

No final do Séc. XX, o modelo neoliberal passou a ditar a dinâmica econômica global, pregando a redução do papel do Estado na economia, estimulando as privatizações, o controle e a rigidez orçamentária, a liberalização dos mercados, acirrando o ritmo de desigualdade entre os países, sem romper com a ideia de crescimento econômico associado ao desenvolvimento.

Nas últimas décadas, ao lado das mudanças ocorridas no processo de acumulação capitalista, com a redefinição do papel do Estado, vimos o surgimento e fortalecimento de instituições da sociedade civil organizada e participante dos espaços públicos na luta por alternativas para melhoria de vida, estratégias de emancipação e espaços de intervenção social. Uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo ao longo do tempo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões.

Nesta discussão, ganha espaço o tema do meio ambiente, que passou a ser incorporado a noção de desenvolvimento, emergindo o conceito de desenvolvimento sustentável, que envolve as dimensões social, humana, territorial, ambiental e sustentável, fazendo com que as pessoas sejam consideradas tanto meio como fim do desenvolvimento. Pensar o desenvolvimento, nesse caso, é priorizar a distribuição de renda, saúde, eficiência produtiva, educação, meio ambiente, lazer, felicidade,

emancipação, uma mudança qualitativa no modo de vida das pessoas que não dependem exclusivamente dos mecanismos do mercado.

Com este novo olhar, o território ganha importância e compreender as relações da sociedade com o espaço construídas historicamente, através das lutas e práticas políticas, convida a pensar e promover formas de desenvolvimento que levem em consideração e aproveitem as potencialidades de cada território, agentes e organizações locais.

As propostas de desenvolvimento territorial decorrem da identificação de problemas sociais, estruturais e econômicos que estão ligados à produção de bens, serviços, articulando no território as instituições e organizações locais, como empresas, cooperativas, associações de produtores, poder público etc.

Recentemente, os bancos comunitários de desenvolvimento emergiram no Brasil como estratégias de desenvolvimento local. Trata-se de um fenômeno recente no Brasil, cuja construção contou decisivamente com a experiência pioneira do Banco Palmas, em Fortaleza/CE, referência mundial sobre o assunto.

Compreendidos a partir dos princípios da economia solidária, os Bancos Comunitários configuram-se como organizações de finanças solidárias ou finanças de proximidade, onde gestão, processos e produtos estão voltados para o bem estar dos indivíduos. Geralmente, são criados em territórios vulneráveis economicamente e socialmente, e sua presença e ações fortalecem a economia das comunidades, aumentando o volume de transações econômicas e empoderamento dos habitantes e das organizações destes territórios.

Com diferentes abordagens, os bancos comunitários vêm sendo compreendidos como uma organização social que oferece serviços financeiros locais que ampliam as capacidades dos territórios para se desenvolverem e a sua economia de forma endógena, a partir das próprias habilidades, capacidades e potencialidades existentes nas comunidades.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A noção de território configura um avanço ao empreender a política de desenvolvimento urbana e rural, onde as práticas adotadas passam a levar em consideração a dimensão econômica, social, ambiental e político, com a valorização das raízes históricas e geográficas locais, as redes sociais e de solidariedade enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Territórios não se definem apenas por limites físicos, e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Enfatizam-se a importância da cooperação e da partilha. O território é relacionado à apropriação, identidade, espaço de exercício de um poder. (ABRAMOVAY, 2007).

Nesta concepção de território, leva-se em consideração os processos e produção do espaço, as relações dos agentes locais, redes fluxos e a forma como compartilham conhecimentos e experiências, como organizam produção, consumo e como são usados os recursos disponíveis.

a abordagem do desenvolvimento econômico local destaca fundamentalmente os valores territoriais de identidade, diversidade e flexibilidade que existiram, no passado, nas formas de produção não baseadas apenas na grande indústria, mas em características gerais e locais de um território determinado (Albuquerque, 2004:158).

O olhar para o território integra um conjunto de potencialidades locais, fortalecendo arranjos produtivos e organizações empresariais da comunidade, movimentos organizacionais associativos, empreendimentos solidários, projetos, programas, parcerias etc.

Neste sentido, novas experiências passam a ser valorizadas e reconhecidas gerando a articulação de formas inovadoras de ação e resolução de problemas. Podemos citar as lutas pelas reformas urbana e agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelo passe-livre, as empresas recuperadas por trabalhadores e as diversas expressões da economia solidária, como as finanças solidárias e os BCDs como formas inovadoras de gestão, organização do consumo e da produção dos meios de vida.

BANCO COMUNITÁRIO COMO GERADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O banco comunitário de desenvolvimento é formado, organizado e gerido pela própria comunidade. São os moradores do bairro que realizam o controle e a gestão dos recursos e da moeda social, criada pela comunidade e aceita por comerciantes e consumidores, estimulando atividades produtivas integradas em rede apoiando processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local.

O fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento não devem ser entendidos apenas como fornecedor de serviços financeiros aos excluídos do sistema, mas sim como gerador de desenvolvimento econômico e social a partir de suas ações e projetos desenvolvidos na comunidade.

Os bancos comunitários buscam um modo autogestionário de promoção do desenvolvimento local, sob a lógica das finanças de proximidade, mediação social baseada em confiança e solidariedade, de maneira sustentável, combinando autofinanciamento e transferência direta de recurso. (MINISTERIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2010).

Na perspectiva dos BCDs, o desenvolvimento territorial endógeno deve ser gerido socialmente. Os gestores são os próprios moradores da comunidade. A gestão social e suas praticas apontam na direção de uma nova cultura política que deve ser apreendida e disseminada através de suas práticas. (FRANÇA FILHO, 2008).

As ações desenvolvidas pelo BCDs visam promover o fortalecimento da economia local e a articulação dos atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculando-os ao movimento de economia solidária.

Sustentado pelo tripé gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante, o banco comunitário visa a organização econômica do território e a promoção do desenvolvimento da comunidade. A busca da organização da economia local e do empoderamento das suas organizações coletivas e lideranças é realizada pelo banco comunitário através de práticas estruturadas principalmente a partir dos seguintes eixos de atuação:

- a) constituição e gestão de um fundo de crédito solidário;
- b) oferta de microcrédito aos comerciantes e produtores locais;
- c) disponibilização de uma linha de crédito para o consumo aos moradores;
- d) implementação de uma moeda social circulante local;
- e) realização de feiras de produtores locais;
- f) apoio e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários presentes na comunidade;
- g) oferta de serviços bancários (correspondente bancário);

h) realização de programas de formação social e profissional tendo como eixo a economia Solidária;

i) articulação das políticas públicas no plano territorial.

Tais ações acontecem em prol de melhorias das condições de vida do bairro, e articula na sua atuação produção, consumo e formação, fortalecendo e desenvolvendo as diversas dimensões:

- Econômica: através das atividades que visam à geração de renda e a organização da economia local;
- Social: insere as atividades econômicas na dinâmica da organização social, favorecendo e fortalecendo a construção de relações associativas;
- Política: facilita a articulação e a discussão de problemas da comunidade transformando o meio em que vivem. (MATTOS, 2007).

A moeda social tem papel importante no desenvolvimento local na medida que incentiva e promove o consumo na localidade, sendo gerida através de um pacto social de confiança e coesão social com o qual congrega diferentes atividades econômicas e sociais. A moeda social conscientiza, cria identidade, educa financeiramente os moradores para as compras locais e para se perceberem como promotores do desenvolvimento da comunidade.

Em sua dimensão de prática econômica, a moeda social tem seu valor corresponde à unidade monetária R\$1,00 (Um Real), ou seja, tem como lastro a moeda oficial e são conversíveis a qualquer momento. Esta forma de estipular o valor com a moeda nacional se torna a forma mais fácil de ser entendida pelos usuários, e facilitar seu uso.

Os eixos e ações dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento focam o território e devem promover e expandir a consciência crítica. A capacidade dos agentes locais de se envolverem na resolução de problemas sociais através de políticas públicas pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da integração, participação e parcerias.

O desenvolvimento local acontece a partir da capacidade dos agentes locais de se envolverem na resolução de problemas sociais, de participarem se integrem e se envolverem no processo, construindo equipes de liderança que gerem uma organização para o desenvolvimento local. Destas organizações, surge a busca de parceiras que ajudem a desenvolver as potencialidades dos moradores e do território na elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento..

A Comunidade São Rafael, em João Pessoa/PB, possui uma experiência em curso de um Banco Comunitário. Fundado em 2013, o Banco Comunitário Jardim Botânico vem sendo construído socialmente com o objetivo de possibilitar formas novas de desenvolvimento da comunidade.

O BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO

O Banco Jardim Botânico foi implantado em abril de 2013 na comunidade São Rafael, em João Pessoa/PB, a partir de um diálogo entre a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba – INCUBES/UFPB e a comunidade São Rafael a respeito do edital da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária 2011 de apoio a implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil e o fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos

Comunitários. A executora desse projeto na Região Nordeste é a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA, que estabeleceu parceria com a INCUBES/UFPB para o apoio à implantação de dois bancos comunitários na Paraíba, sendo um o Banco Comunitário Beira Rio¹, no Bairro São José, e outro a ser definido em conjunto com a INCUBES/UFPB de acordo com as ações de incubação em andamento.

A comunidade foi indicada pela INCUBES por possuir condições essenciais para o desenvolvimento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tais como: forte organização comunitária; iniciativas econômico solidárias; perfil das lideranças locais e; outros projetos e apoios institucionais em andamento no território.

A comunidade possui uma organização comunitária, o Centro Popular de Cultura e Comunicação – CPCC, mantém em funcionamento a Rádio Comunitária “Voz Popular” (rádio difusora de poste). Existem ainda na comunidade uma padaria comunitária, empreendimentos construídos desde 2006 com o apoio da INCUBES/UFPB e da ONG ESSOR Brasil

Vários diálogos com a comunidade foram promovidos a fim de verificar o interesse de lideranças da comunidade na discussão sobre a implantação de um banco comunitário e de uma moeda social no território.

Para que a ideia do Banco Comunitário pudesse ir adiante, seria importante o convencimento e aprovação da comunidade. O processo de sensibilização deve acontecer com a maioria dos moradores, produtores e comerciantes locais, bem como a capacitação dos agentes e gerentes de crédito para que o processo organizativo fosse construído. Ou seja, para que o banco se estruture e funcione, a comunidade precisa se apropriar dessa tecnologia social e passar a gerenciar ela própria seu desenvolvimento.

O entendimento e a aceitação dos moradores da ideia de criação de um banco na comunidade e o reconhecimento da moeda social como meio de pagamento são primordiais para que se estruture uma rede solidária, enquanto grupo de instituições comunitárias que assumirá a gestão de ações do Banco e da Moeda e seus instrumentos para o desenvolvimento local.

O Banco Comunitário tem uma estrutura organizacional diferenciada, que materializa o princípio da gestão comunitária. A existência prévia de uma organização local/comunitária com legitimidade na comunidade contribuiu para a formação de um Conselho Gestor das ações do Banco e o estabelecimento de parcerias em prol de fortalecimento das iniciativas locais. Na comunidade São Rafael, o CPCC é a entidade organizativa da comunidade que assume a responsabilidade pelas ações do banco Jardim Botânico e pode ser considerado um dos principais protagonistas das ações realizadas na comunidade.

Outro ponto importante é a existência de grupos produtivos locais e de empreendimentos econômicos solidários que reconheçam seu papel no desenvolvimento local e apoiem o banco. Nesse caso, a existência da Padaria Comunitária e da Rádio materializa uma rede preliminar de empreendimentos que sustentam a proposta e as ações do Banco na Comunidade.

Inicialmente, foram desenvolvidas discussões com moradores, processos de formação sobre o tema, oficinas com o apoio da equipe da ITES/UFBA e da INCUBES/UFPB acerca da metodologia de implantação e funcionamento dos BCD's e sobre o potencial que este possui para a promoção de desenvolvimento local.

¹ - O Banco Beira Rio foi criado em 2008, em 2011 suas ações estavam paralizadas por falta de recursos em função de um assalto ocorrido do banco.

Outras iniciativas importantes para a construção do Banco Comunitário Jardim Botânico foram às participações nos Encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e as visitas ao Banco Palmas, em Fortaleza/CE, onde lideranças e comerciantes da comunidade, além de bolsistas da Incubadora da UFPB, se capacitaram e passaram a agir como multiplicadores da ideia na comunidade.

Foram realizadas ainda reuniões para a discussão de assuntos relacionados à organização e processo de implantação do BCD, procedimentos operacionais, documentos que precisavam de formação (mudança do Estatuto do CPCC), definições sobre o funcionamento e a gestão do banco e da moeda social, linhas de crédito, formação do fundo etc.

Neste processo inicial, que compreendeu praticamente todo o ano de 2012, o Banco Jardim Botânico tomava forma rapidamente e exigia a tomada de decisões a todo o momento. A maturidade da organização comunitária e a vivência que possuem da prática da autogestão foram importantes para as tomadas de decisão que se faziam necessárias, como:

- formação do conselho gestor;
- definição das linhas de crédito iniciais em moeda social;
- escolha dos agentes de crédito;
- compra da sede do banco etc.

A compra da casa na comunidade para instalação do Banco Comunitário e de outras iniciativas em andamento, como a Padaria e a Rádio Comunitárias, foram o resultado de uma grande mobilização local, envolvendo desde a ajuda financeira de parceiros, a criação de um fundo proveniente de projetos locais próprios dos moradores, realização de bingos, feijoada, brechós etc.

Todo este processo resultou na inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico no dia 27 de Abril de 2013, com a moeda social Orquídea. A definição dos nomes do Banco Comunitário e da Moeda Social foram escolhidos através de votação realizada na comunidade a partir de uma lista de nomes elaborada com sugestões dos moradores em um programa da Rádio Comunitária, realizado especialmente para esta finalidade.

O nome Jardim Botânico e a logomarca para o Banco (figura1), e a denominação de Orquídea para a moeda, foram escolhidos neste processo, assim como as imagens estampadas nas moedas sociais (figura2), que também resultam de um concurso realizado na comunidade, estreitando os vínculos com o território e ampliando o sentimento de pertencimento aos moradores.



Figura 1: Logo marca do Banco Jardim Botânico

Fonte: CPCC, 2014.



Figura 2 - Moeda Social Orquídea

Fonte: CPCC, 2014.

A moeda social é instituída para incentivar e promover o consumo na localidade e congrega diferentes atividades econômicas e sociais.

A moeda social é um elemento estruturante dentro da metodologia dos Bancos Comunitários, tal como concebida a partir da experiência do Banco Palmas e assumida pela Rede brasileira de Bancos Comunitários. Assim podemos afirmar que não existe banco comunitário sem moeda social circulante local. A necessidade da criação de uma moeda social deve-se fundamentalmente a necessidade de incentivar e impulsionar o consumo dos produtos e serviços produzidos localmente (oficina de multiplicadores do Banco Palmas – Núcleo de Economia Solidária da USP – NESOL/USP 2013).

No Banco Jardim Botânico, a moeda social pode chegar aos consumidores das seguintes formas:

I - microcrédito para consumo em moeda social, concedido pelo banco comunitário;

II - troca de moeda oficial por moeda social;

III - recebimento de troco em moeda social pelos clientes nos estabelecimentos comerciais.

A Moeda Orquídea é utilizada pelo banco para o crédito para consumo, tem lastro em moeda oficial e pode ser trocada sempre que necessário. Possui códigos de segurança, marca d'água, código de barras, número de serie e selo holográfico. É aceita dentro da comunidade, aceita pelos comerciantes cadastrados pelo banco, com a ideia de que o recurso gire dentro da comunidade.

A moeda social local configura-se numa prática monetária inovadora que resignifica o processo social e econômico local e recupera a capacidade dos agentes de influenciar na acumulação econômica, nos fluxos da economia e na reprodução social, como mecanismo de concentrar a riqueza produzida localmente.

A gestão do BCD Jardim Botânico e da Moeda Orquídea é atribuição da comunidade, com o apoio das organizações da sociedade civil e apoio da Universidade. A compreensão desse processo de gestão visa possibilitar e envolver a participação dos moradores e suas organizações coletivas, seja como parte do Conselho Gestor, seja como Cliente do Banco ou usuário da Moeda. A comunidade é também chamada a participar na aprovação dos créditos concedidos pelo Banco, principalmente através do aval solidário ou de vizinhança. A gestão democrática pelos sujeitos comunitários se baseia na discussão, na participação e no controle comunitário, que avalia e decide seus componentes, estruturas e processos.

O Banco comunitário é fruto desta construção social e histórica de uma organização comunitária fortalecida por atividades coletivas desenvolvidas ao longo dos anos. Por isso, proporciona a gestão social comunitária que gera a reflexão e consciência crítica, instrumentos de mudança e desenvolvimento de territórios e comunidades. Esta reflexão da realidade e possíveis alternativas de mudança geram inclusão, empoderamento, novos comportamentos, novos conhecimentos, nova dinâmica para o território.

O BANCO JARDIM BOTÂNICO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Mesmo com algumas dificuldades, o banco articula parcerias que ajudam na promoção de ações e projetos para melhoria da comunidade, incentivando e fortalecendo o protagonismo social e o envolvimento dos indivíduos no processo econômico em prol do desenvolvimento local. A experiência do Banco Comunitário valoriza a inclusão sócio econômica e financeira, a participação e o controle social, o desenvolvimento das capacidades locais, inclusive o desempenho institucional das organizações comunitárias.

As ações e os processos do BCDJB valorizam não só a questão econômica, mas a interação social, a aprendizagem coletiva que pode modificar a realidade da comunidade e ação reflexiva pelos moradores sobre os processos de desenvolvimento. Os atores locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa o desenvolvimento comunitário, daí a necessidade do fortalecimento da organização local e na formação lideranças para conduzirem seus próprios projetos de desenvolvimento.

Neste processo, os agentes sociais percebem sua importância no desenvolvimento da comunidade e se enxergam como atores econômicos e geradores de mudanças. Assim adquirem capacidade crítica e discursiva, pensam e discutem sua

realidade, o processo participativo se apropria do instrumento Banco Comunitário e pode ter início processos mais efetivos de emancipação comunitária.

Além da circulação da moeda social, outras ações e projetos com a presença dos parceiros estão sendo desenvolvidas e, mesmo que de modo incipiente, vem animando as organizações envolvidas no Projeto do Banco Comunitário Jardim Botânico, cabendo destacar:

1. Projeto mobilização, inclusão e formação de catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João pessoa: uma experiência desenvolvida pela Universidade Estadual beneficiando uma média de 600 catadores da capital do Estado, incluindo os catadores da comunidade São Rafael em parceria com o CPCC, banco comunitário Jardim Botânico, com o objetivo de combater problemas cotidianos vivenciados pelos catadores.
2. Projeto Quintais Solidários: começou suas ações com a compra de Cabras e Galinhas que ficaram aos cuidados de famílias da comunidade São Rafael, e após a procriação, os filhotes serão entregues a outras famílias gerando uma cadeia solidária. Este projeto é uma gestão compartilhada entre o Centro Popular de Cultura e Comunicação, a Igreja Assembleia de Deus Missão e o Banco Comunitário Jardim Botânico.
3. Projeto Balcão de Formação e Emprego Intinerante: programa de inserção profissional realizado em parceria com a ESSOR Brasil, que desenvolve um espaço de qualificação, orientação e encaminhamento profissional, captação e divulgação de vagas e cursos profissionalizantes.
4. Fortalecimento da Padaria Comunitária: CPCC, Banco Jardim Botânico e INCUBES vem atuando para o apoio com equipamentos e assessoria de gestão da Padaria.

No caso da comunidade São Rafael, o Banco comunitário vem possibilitando a identificação de habilidades e conhecimentos socialmente construídos no processo coletivo que a comunidade vem realizando, o que é fundamental para a continuidade das ações e a consolidação de um projeto de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o Banco Comunitário pode ser visto como Agência de Desenvolvimento Local, na medida em que pode gerar inúmeras ações a articulações voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento da comunidade. Isso porque essas experiências são efetivamente construídas pelas próprias comunidades a partir de uma perspectiva socialmente orientada. São controladas e geridas por elas, através de organizações que são próprias do território e dos seus moradores, como associações de moradores, organizações coletivas locais etc. Para tanto fez-se necessário e a existência de um grupo que lidere as ações, apoio de instituições que incentive e fortaleça as potencialidades da comunidade.

Além disso, o Banco Comunitário institui e fortalece a rede solidária existente, o espírito comunitário e a organização coletiva e associativista, envolvendo os moradores e formando novas lideranças para conduzirem seus próprios projetos visando a resolução de problemas comuns.

O Desenvolvimento promovido pelo Banco Comunitário Jardim Botânico une o social e o econômico. Na medida que se processa a organização das atividades econômicas locais, verifica-se igualmente o fortalecimento da produção e do consumo, o empoderamento da comunidade, as articulações com órgãos governamentais, as discussões das demandas e projetos coletivos, a formação e educação financeira, a

gestão da moeda e do banco, entre inúmeras outras ações e atividades que passam a fazer parte do cotidiano da comunidade.

A moeda funciona como forma pedagógica que incentiva o morador a comprar no território, bem como a perceber e analisar seus próprios gastos o poder de seu consumo e da produção local.

Por ser uma experiência recente, com pouco mais de um ano de funcionamento, e ainda sem contar com o Correspondente Bancário que vai possibilitar outros tipos de serviços financeiros à comunidade, o Banco Comunitário Jardim Botânico tem permitido a articulação de varias ações e projetos para a comunidade, como um ponto de cultura, os quintais produtivos, o balcão de empregos e ações que buscam a inclusão social, econômica e política dos seus moradores.

Estas ações já estão proporcionando mudanças na comunidade, mesmo que embrionárias. O depoimento de um morador da comunidade, por exemplo, nos informa que não chama mais o lugar onde mora de favela. Segundo ele: “faz parte de uma comunidade unida que se organiza para se ajudar e crescer. E ai de quem disser que isso aqui é uma favela!”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. . **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007, v. , p. 19-38.

FARIA, Mauricio Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese doutorado em sociologia política. UFSC. 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos Comunitários**. In *Gestão Social: práticas em debate teorias em construção*. Org. Jeová Torres Silva Junior, ET all. Fortaleza: Impressão universitária, 2008. P115-126.

FISCHER Tânia. **Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios**. Revista *Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(1), jan-abr 2012, p . 113-120.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIOS – INCUBES. **Programa Fortalecimento da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES com a ampliação das ações de geração de trabalho e renda e desenvolvimento comunitário**. João Pessoa: UFPB, 2011. (Projeto PROEXT 2011-2012).

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Projeto Básico Rede Nordeste de bancos**

comunitários de desenvolvimento. Salvador: UFBA, 2010. (Edital de Chamada pública de Parceria SENAES/TEM n. 03/2010.

INSTITUTO PALMAS. **Cartilha para multiplicadores na metodologia de bancos comunitários** – material pedagógico de apoio. Fortaleza: Instituto Palmas, 2011.

IPEA. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista.** – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. **A sustentabilidade das microfinanças solidárias.** Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 40, n. 1, p.19-33, jan/fev/mar/2005.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um Banco comunitário de desenvolvimento: Um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário.** .2013,192 f. Dissertação de Mestrado – MPGOA - UFPB, João Pessoa, 2013.

MATTOS, Alice Helena Girwood, **Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimentos da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional.** Dissertação de Mestrado - Administração – UFBA, Salvador. 2010, 238 fls.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e Cooperativa de crédito** – uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão. Dissertação mestrado, UFBA, 2005.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários de desenvolvimento** – uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza; Instituto Palmas, 2006.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **O poder do circulante local** - a moeda social no conjunto Palmeira. Fortaleza: In. Instituto Palmas, 2005.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários de desenvolvimento - uma rede sob controle da comunidade.** Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

MENEZES, Melissa Silva. **Sistemas de moeda local:** uma investigação sobre seus potenciais como alternativa a exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Dissertação de mestrado em desenvolvimento e planejamento regional. UFMG, 2007.

Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**/Núcleo de Economia Solidária-Nesol-USP e Instituto palmas- São Paulo: A9 Editora,2013 v.1 p180.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Banco comunitário: serviços financeiros solidários em rede. Fortaleza: [s.n.], 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 93-120.

SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES/M.T.E.). **Política Nacional de Economia Solidária. Termo de referência**. Brasília, 2013. SEN., Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. 1. edição – SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 123p.

SINGER, Paul. **O Banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária**. In NUCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL/USP) INSTITUTO PALMAS. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013 p. 35-39.

YUNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo, Ática, 2002.

ANEXOS

CPCC
CENTRO POPULAR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO

O Centro Popular de Cultura e Comunicação, (CPCC) foi fundado em 17 de Agosto de 2005, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na Comunidade São Rafael, no bairro do Castelo Branco III, João Pessoa, Estado da Paraíba. Para alcançar seus objetivos, tem como finalidade principal, o desenvolvimento cultural popular comunitário e sua região, buscando a qualidade de vida para as pessoas, nas diversas faixas etárias, para tal observara a legislação vigente e atuará através das seguintes ações:

- I - promoção da assistência social para todas as faixas etárias, que inclui a proteção à família, à criança, o adolescente, à velhice, à saúde, à educação e a integração ao mercado ocupacional;
- II - promoção da cultura, do lazer, do esporte e da preservação e defesa do meio ambiente;
- III - promoção do voluntariado e dos direitos já estabelecidos e construção de novos direitos, através de assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- IV - estudo e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e veiculação de informações, conhecimentos e entretenimentos, através dos serviços de radiodifusão e TV comunitária;
- V - elaboração e execução de diversos projetos de formação e aperfeiçoamento de mão de obra, para atuar na geração de emprego e renda.

Banco Comunitário Jardim Botânico
COMUNIDADE SÃO RAFAEL - JOÃO PESSOA - PB

Apoiadores:

BANCO COMUNITÁRIO
o nosso banco

Banco Comunitário Jardim Botânico
COMUNIDADE SÃO RAFAEL - JOÃO PESSOA - PB

www.cpcc.webnode.com.br
cpcc.blogspot.com
cpcc.org.br@gmail.com
radiovzpopular@yahoo.com.br

83. 8602-3591 / 8899-2285 / 8854-814

Portal de Voz: 83. 3209-2123

Rua Arquivista Jonathan Carecas, nº 110,
CEP: 58050-705, Comunidade São Rafael,
João Pessoa, Paraíba.



BANCO COMUNITÁRIO

A metodologia de Bancos Comunitários está em evidência no Brasil, uma vez que buscam o desenvolvimento local e integrado de comunidade empobrecidas. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desenvolve, desde 2010, através de entidades de apoio em 4 regiões do país, o Projeto de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários.

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO

BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO?

A Coordenação e a administração de seus recursos são feitas por uma organização Comunitária (CPCC);

A Comunidade é quem decide desde a criação, Linhas de créditos, taxa de juros, tipo de cobrança e critérios de participação do Banco;

Financiamento a produção e o consumo local, através de linhas de créditos em moeda nacional (real) setor produtivo e o crédito em moeda social setor de consumo;

A concessão e a cobrança do crédito tem como base as relação vizinhança, gerando um controle mas social que econômico;

Apoio aos empreendimentos (feiras, eventos culturais, etc).

MOEDA SOCIAL

O sistema de Moedas Sociais é o instrumento fundamental para que seja assegurada a estratégia de consumo local. O Banco Comunitário fomenta a produção e consumo, logo, muito mais do que apenas disponibilizar crédito para a comunidade utiliza meios que façam com que a população passe a consumir localmente, fazendo com que a riqueza permaneça na comunidade e assim possa gerar trabalho e renda. Com o uso da moeda social é possível alcançar esse objetivo.

Portanto, a Moeda Social, também chamada de Circulante Local, é uma moeda complementar ao Real (Moeda Nacional - R\$), criada pelos Bancos Comunitários e objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade.



LINHA DE CRÉDITO

CONSUMO, ALIMENTOS, REMÉDIOS E GÁS

VALOR

Até R\$ 100,00

PARCELAS

Até 4 vezes

JUROS

0% ao mês

TAC

0%

O QUE PRECISA PARA TER ACESSO AO CRÉDITO

- Ser morador da comunidade no mínimo há 1 ano;
- Ser maior de idade;
- Não estar inadimplente (BCDUB);
- Não ter residente na mesma casa inadimplente;
- Não ter crédito em andamento;
- Apresentar todas as informações exigidas pelo BCDUB para justificar o pedido de empréstimo;
- Ter renda familiar.

Fonte: CPCC, 2014.